

## **A comunidade peirceana e suas implicações para a comunicação<sup>1</sup>**

**Andre Luis dos Santos<sup>2</sup>**

**Resumo:** O seguinte trabalho discute uma possível definição pragmática para o conceito de comunidade, através de análise de textos de Peirce em sua juventude e maturidade, junto de DeMarco (1969). A partir desse conceito, construímos um modelo de comunidade dividido em 3 partes: a comunidade estética, ou do amor; a comunidade ética, ou da consciência; e a comunidade lógica, ou da inquirição, em diálogo com os achados de Hollenbach (1973) e Bernardo (2022). Finalmente, discutimos os desdobramentos para a comunicação enquanto uma possível ciência das comunidades.

**Palavras-chave:** Comunidade. Pragmatismo. Ágape. Epistemologia da Comunicação.

---

### **1 Introdução**

A seguinte pesquisa tem como tema o conceito de “comunidade” e sua relação com a comunicação. Comunidade, assim como “comunicação”, parece ser uma dessas palavras de uso corriqueiro, porém de difícil definição. No dia a dia, a utilizamos como sinônimo de sociedade, no entanto, ao nos dirigirmos à comunidade internacional, à religiosa, à local, à dos imigrantes e tantas outras, essa substituição parece indevida.

Charles Sanders Peirce, lógico americano, argumenta que muitas de nossas discussões são improdutivas por utilizarmos palavras sem definições claras e precisas (EP 1.124). Como demonstra Santaella (1995), Peirce, através de seu método pragmático, buscou definições precisas para muitos dos conceitos com que lidamos em argumentações filosóficas, na teologia e nas ciências. Ao afastar a vagueza que impregnava muitas dessas definições, discussões milenares – como a contenda entre o livre-arbítrio e a predestinação – revelam-se inúteis e desprovidas de sentido, como reconta De Wall (2022).

De fato, em meio ao montante de seu legado, Peirce deixou 6 mil verbetes por ele definidos nos dicionários “*The Century Dictionary*” (HARGRAVES, 2019) e aproximadamente 140 no “*Dictionary of Philosophy and Psychology*” de Baldwin, frutos de sua busca pela clareza das ideias. Entretanto, “comunidade” não recebeu nenhum

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho Mídias contemporâneas e práticas socioculturais (GT5) do XVI Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, Universidade de Sorocaba – Uniso – Sorocaba, SP, 26 setembro de 2022.

<sup>2</sup> Doutorando em Comunicação e Cultura (Uniso), bolsista CAPES, código de financiamento 01, email: eu@andresantos.jor.br.

tratamento em particular por Peirce em seus dicionários, nem foi tema de nenhum artigo, livro, palestra ou ensaio de sua autoria. Pode parecer, à primeira vista, que Peirce não estava interessado no tema. Bem verdade, o lógico americano estava na contramão de muitas das discussões políticas e sociais de seu tempo. Fisch (W1, p. xvii) relata que, no auge da Guerra Civil Americana, Peirce teve de discursar para seus antigos colegas de classe em uma reunião de veteranos, e preferiu exaltar as promessas da ciência, ignorando totalmente o assunto da guerra.

Ainda assim, Peirce dedicou suas últimas décadas de vida a perseguir a metafísica, as leis do universo e as forças que regem o comportamento humano. Argumentou a favor da existência de Deus, escreveu sobre a igreja ideal e sobre o destino da humanidade dentro da organização cósmica. É difícil argumentar, então, que Peirce tenha ignorado por completo o tema da comunidade, quando tantos de seus escritos parecem se apoiar precisamente nela.

Desta maneira, este artigo vai em busca da comunidade, nos escritos peirceanos, procurando uma possível definição clara, aos moldes pragmáticos, para o conceito. Na primeira seção, discutimos possíveis pistas e rastros da comunidade nos escritos peirceanos, lançando mão tanto de seus próprios escritos como de levantamentos realizados por outros interessados no tema. Na segunda, organizamos nossos achados através do diálogo com outros dois investigadores da comunidade em Peirce: Bernardo (2022), Hollenbach (1973). O resultado dessas discussões é um modelo sugerido de organização de comunidades. Na última seção, das considerações finais, discutimos as implicações desse modelo e de nossos achados para a comunicação, nossa área de estudos.

Por fim, esse trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio do Peirce Edition Project, em Indianápolis/Indiana/EUA e ao professor doutor André De Tienne, que nos recebeu durante um semestre entre 2021 e 2022 para a realização desta investigação, sob financiamento da CAPES na modalidade de bolsa de doutorado-sanduíche. Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos durante essa pesquisa no exterior.

## **2 A Comunidade em Peirce**

Embora Peirce não tenha dedicado nenhum de seus escritos exclusivamente ao tema de comunidade, o termo aparece em diversos trabalhos, ao longo de toda sua produção intelectual. Colocar esses usos em linha cronológica, para compor a evolução de seu

pensamento, parece ser o primeiro passo lógico para a construção de uma metodologia de trabalho. Entretanto, a vasta obra de Peirce permanece apenas parcialmente publicada, e mesmo aquilo que está disponível passou por múltiplas e fragmentadas intervenções. Os *Collected Papers*, ainda representando a vasta maioria do material publicado, tentou reunir seus escritos por temática, em detrimento da cronologia. Estudiosos da obra peirceana, sediados no Peirce Edition Project (PEP) dedicaram-se a catalogar, datar e produzir uma versão final coesa para cada escrito, na medida do possível, na forma dos *Writings of Peirce*. Entretanto, mais de 40 anos se vão e o trabalho avançou a passos lentos, produzindo apenas 8 dos mais de 30 volumes planejados, permitindo que investigamos apenas os escritos do Peirce mais jovem.

Assim, dentro da cronologia que temos disponível hoje, o primeiro uso do termo comunidade surge no artigo “Algumas consequências das quatro incapacidades”<sup>3</sup> (EP 1:28). Nele, Peirce define a relação entre realidade e comunidade:

O real, então, é aquilo em que, cedo ou tarde, informação e raciocínio finalmente resultariam, e que é, portanto, independente dos caprichos meus e seus. Portanto, a própria origem da concepção de realidade demonstra que esta concepção essencialmente envolve a noção de uma COMUNIDADE, sem limites definidos, e capaz de um aumento definitivo do conhecimento (CP 5.311).

Dois pontos de interesse surgem desse trecho. O primeiro é que, para Peirce, aquilo que chamamos de “real” seria aquilo em que a comunidade concorda como verdadeiro. Utilizando uma analogia, um objeto é colocado diante de uma classe de artistas visuais. Cada um produziria uma imagem daquele objeto, uma pintura. A análise das pinturas revelaria traços em comum e discrepâncias entre elas. Os primeiros seriam considerados verdadeiros, enquanto os detalhes pessoais seriam descartados como inseridos pelo artista. Através de uma sucessão de retratos do objeto, estaríamos nos aproximando cada vez mais do objeto em si, em outras palavras, esse conjunto de impressões que a comunidade compartilha é o que chamamos de “realidade”. Daí portanto o segundo ponto de interesse, que é o papel central da comunidade na produção de conhecimento.

DeMarco (1969) observa que essa primeira definição de comunidade é lastreada no pensamento de Peirce sobre as categorias fundamentais do pensamento e na sua definição

---

<sup>3</sup> *Some Consequences of Four Incapacities*, tradução nossa.

de “eu” (*self*). No texto sobre as categorias (EP 1:1), Peirce iguala ser (*being*) com pensamento (*thought*). Assim, Peirce rejeita sequer a existência daquilo que não pode ser expresso em pensamento, e tudo que existe necessariamente é parte de um processo cognitivo. A partir dessa visão, as categorias cumprem a função de unificar a panóplia das sensações em pensamentos coesos, ou seja, obter conclusões de premissas mais vagas, sucessivamente adquirindo novas premissas para novas conclusões. É possível vislumbrar aqui novamente a analogia das pinturas: múltiplas impressões diferentes são unificadas em uma conclusão, refinando e eliminando toda a variação.

Essa variação, para Peirce (EP 1:20), é fundamentalmente o “eu” (*self*), que é a fonte de todo erro. Em “Questões Sobre Certas Faculdades Reclamadas pelo Homem<sup>4</sup>”, Peirce (EP 1:11) discute sobre o *self*, argumentando que na primeiríssima infância, somos desprovidos de um eu interior, compreendendo todo o mundo ao redor como extensão de nosso próprio corpo e vontade. Só as coisas conectadas ao corpo possuem existência: o que tocamos é quente, o que experimentamos tem gosto, o que sentimos possui cheiro. Quando finalmente nos deparamos com aquilo que difere de nossas percepções (quando descobrimos que o ferro quente está de fato quente, ainda que não o estejamos tocando, por exemplo), é necessário existir um “eu” apartado do mundo, onde o erro foi gerado.

Assim, argumenta DeMarco (1969), para Peirce, o indivíduo é a fonte do erro e da ignorância, e as variações de percepção que cada retrato individual do real contém são imperfeições e limitações. A comunidade surge como essencial para eliminar a presença do individual, extirpando as variações para deixar apenas aquilo que é comum e, portanto, verdadeiro. A essa primeira definição de comunidade, DeMarco (1969) chama de Comunidade de Concordância<sup>5</sup> (1969, p. 5).

Para Peirce, indução e hipótese são as únicas formas de inferência lógica que aumentam definitivamente o conhecimento (CP 5.354), mas esse tipo de raciocínio não pode ser realizado solitariamente. Para que um homem seja lógico, ele precisa sacrificar suas idiossincrasias, seu eu particular, ou seja, é preciso se identificar com a unidade da Comunidade de Concordância (5.356).

O pensamento, para o jovem Peirce, naturalmente tende para a unificação na concordância. Uma opinião final, a conclusão desse processo, pode ser alcançada para

---

<sup>4</sup> *Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man*, no original. Tradução nossa.

<sup>5</sup> *Community of Agreement*, no original. Tradução nossa.

qualquer assunto a que a comunidade se dedique (CP 8.12). Isso porque “toda modificação da consciência – atenção, Sensação, Entendimento – é uma inferência” (CP 5.298), e as únicas formas de inferência são indução, dedução e hipótese (CP 5.267). Como tais inferências são auto-corretivas, seu uso sucessivo produz resultados cada vez mais significativos, de forma que a verdade pode ser alcançada pela comunidade.

Entretanto, é preciso frisar que Peirce aqui estava falando da Comunidade da Concordância como algo abstrato, geral, *potencial*. Nenhum grupo particular de pessoas no *aqui e agora* pode ter uma opinião final sobre algum assunto. Mesmo nos campos da ciência mais profundamente pautados pela lógica não é possível dizer que se tenha conhecimento total sobre coisa alguma. Ao invés, Peirce aposta na potencialidade da Comunidade *ao longo do tempo*<sup>6</sup>:

Nós não podemos estar perfeitamente seguros de que a comunidade algum dia irá estacionar em uma conclusão inalterável sobre qualquer questão que seja. Mesmo que o façam em sua maior parte, nós não temos nenhuma razão para pensar que a unanimidade será totalmente completa, nem podemos racionalmente presumir qualquer consenso esmagador de opinião será alcançado sobre toda questão. Tudo que nós estamos aptos a assumir é na forma de uma *esperança* que tal conclusão pode ser substancialmente alcançada sobre as questões particulares de que nossas inquirições se ocupam (CP 6.610).

A aposta de Peirce na Comunidade fica mais visível ao examinar seu texto sobre A Fixação da Crença (EP 1:109), em que o lógico americano discute diferentes métodos de fixação de crenças, isso é, de produção de conhecimento duradouro, que resista às intempéries do tempo e da dúvida. Quatro métodos são propostos, que resumiremos da seguinte forma:

- a) O método da tenacidade, em que o indivíduo simplesmente se recusa a dar atenção a qualquer coisa que vá de encontro às suas crenças;
- b) O método da autoridade, em que cabe a uma organização eliminar as informações e questionamentos que possam levantar essas dúvidas;
- c) O método *a priori*, em que o indivíduo se pauta em modismos e crenças populares para interpretar o mundo ao seu redor, descartando aquilo que não se encaixa em sua visão de *como as coisas deveriam ser*;
- d) O método científico, que se pauta na realidade externa para guiar suas crenças, método que, para Peirce, é o único que produz conhecimento verdadeiro.

---

<sup>6</sup> *In the long run*, como Peirce prefere em seus escritos.

É interessante notar, como fez De Waal (2013), que esses quatro métodos estão conectados com o conceito de comunidade ou, como Peirce evidenciou, “o impulso social” (EP 1:116). Desses, apenas o método científico permanece incólume a esse impulso. Isso pois todos os outros métodos necessitam que os homens permaneçam isolados de todos que possuem ideias diferentes, e são solapados assim que novas ideias são inseridas em um grupo (modismos mudam de tempos em tempos, autoridades não podem controlar todos os aspectos de seus indivíduos – permitindo que as sementes da dúvida se infiltrem aos poucos –, assim como um homem dificilmente está alerta o tempo todo para não permitir que nenhuma ideia alheia o influencie).

Entretanto, já é possível vislumbrar que o mesmo desenvolvimento das ideias de Peirce já o colocavam de encontro à sua definição anterior de comunidade. Em *A Fixação da Crença*, o real é externo e independente do pensamento de qualquer homem em particular. Como vimos, essa é uma alegação que contrasta com o real submetido à comunidade, que apresentamos no início desta seção. Para **De Waal (2013), Peirce** ainda estava tomado por ideias nominalistas adquiridas principalmente de Kant, de quem Peirce tinha também retirado a ideia de começar seus estudos filosóficos por meio de uma lista de categorias. A transição de Peirce do nominalismo para o realismo, como escreve Santaella (1992) foi ponto de virada para muitas de suas ideias. Ainda assim, enfatiza DeMarco (1969), a transição para uma nova definição de comunidade não é uma rejeição de suas ideias anteriores, mas um desenvolvimento e refinamento de alguns de seus parâmetros.

Os rumos da definição de comunidade mudam exatamente no histórico par de artigos que fundamentam o pragmatismo, *A Fixação das Crenças* (EP 1:109) e *Como Tornar Nossas Ideias Claras*<sup>7</sup> (EP 1:124) em que esse instrumental é introduzido. Diferentemente de antes, Peirce agora postula que existem coisas fora da lógica, e que ser lógico é algo que deve ser obtido, refinado e treinado, ao invés de uma ocorrência natural (EP 1:109). Em *Como Tornar Nossas Ideias Claras*, Peirce define significado em termos de hábitos que estão abertos para o escrutínio público (CP 5.400). Peirce ancora seu método científico, seu pragmatismo, naquilo que pode ser publicamente observado e analisado, as consequências sensíveis concebíveis (CP 5.407).

---

<sup>7</sup> *How to Make Our Ideas Clear*, tradução nossa.

Entretanto, a introdução do pragmatismo não deixou de ter seus percalços. Ao mesmo tempo em que se aproxima do realismo, Peirce tropeça mais uma vez no nominalismo que ainda residia em algumas de suas ideias, postulando que apenas aquilo que pudesse ser efetivamente testado pelo público é que teria significado (EP 1.132). O diamante já destruído não poderia ser chamado de duro, posto que só aquilo cuja dureza fosse testada é que poderia ser definido como duro. Essa conclusão nominalista deixa a definição de comunidade ainda incompleta, posto que estava presa às possibilidades realizáveis, e suas conclusões ainda não seriam de natureza universal.

Só em 1896 que Peirce começa a reverter seu curso em direção mais profundamente realista, postulando que “[a lei é] geral em referir-se a todas as coisas possíveis, e não meramente àquelas que porventura existem” (CP 1.420). Para DeMarco (1969), a mudança definitiva surge em uma revisão da lista de categorias. Agora, a realidade não é produto do pensamento, mas é meramente observada. A introdução da fenomenologia, como relata De Waal (2013) reconfigura toda a ordem peirceana, colocando esta como a primeira das ciências que lidam com o real. É baseada na fenomenologia que a lógica atua, de forma que agora as categorias necessitam ser bem mais gerais que àquelas que Peirce listou no início de sua jornada acadêmica.

A primeira nova categoria, Primeiridade, como relata Santaella (1995) é pura percepção, monádica e *sui generis*. Desprovida de mediação, a Primeiridade, diferentemente da lista original, não unifica nenhuma sensação, mas é a sensação em si. Como resume DeMarco (1969, p. 63), “embora o homem viva sua vida inteira no presente, o presente em si é inescrutável”. Em seguida surge a Secundidade, que Peirce resume como “o elemento do esforço” (5.45). Ainda desprovida de mediação, a Secundidade é a simples reação ao fenômeno da Primeiridade, a união entre dois sujeitos (1.322). A última categoria fenomenológica é, enfim, a Terceiridade, que introduz a mediação. É “a Representação como um elemento do fenômeno” (CP 5.66). É aquilo que não pode ser reduzido à Primeiridade ou Secundidade, como explica Santaella (1995). O futuro, o geral, a previsão, todos são ancorados da Terceiridade.

A própria existência humana é uma atualização dessas categorias fenomenológicas. Como explica DeMarco (1969), o ego interior é composto pela surpresa diante do mundo externo, que se revela na Primeiridade e Secundidade. A produção de hábitos (Terceiridade) é então necessária para coordenar e unificar essa gama de experiências,



possibilitando que o homem transite nesse mundo ao invés de estar constantemente assaltado pela novidade e brutalidade da experiência. Ao conjunto básico de hábitos de cada indivíduo, Peirce dará o nome de personalidade daquele indivíduo. Para DeMarco (1969), a comunidade surge naturalmente como a maneira de organizar esses indivíduos para produzirem hábitos cada vez mais refinados, que eliminem a surpresa da experiência, através desse método científico. “Para Peirce, a ciência é uma tentativa comunal de descobrir a realidade ou terceiridade operativa no universo” (DEMARCO, 1969, p. 75).

Para tanto, é necessário questionar como experiências individuais podem ser conectadas em hábitos futuros. Se cada experiência é um momento *sui generis*, desprovido de mediação, como podemos aprender com nossas experiências a ponto de prever o comportamento futuro do universo? Para Peirce, a resposta está na Lei da Mente (EP 1.312), naquilo que ele chama de sinequismo. Para Peirce, a consciência conecta o presente ao passado, preenchendo de maneira especial os infinitésimos de tempo entre os eventos, construindo um contínuo. Peirce busca demonstrar essa propriedade da mente a partir de experimentos com protoplasma, organismos biologicamente simples: ao irritar uma parte do protoplasma, o organismo reage, e essa reação se desencadeia para outras partes do organismo que não foram irritadas, assim, Peirce conclui, um contínuo de movimento passa o sentimento de uma parte para outra (CP 6.133).

Mais interessante ainda, conforme se espalha, o movimento vai se tornando mais fraco, perdendo sua intensidade. Ao repetir o experimento diversas vezes, o movimento repete-se de maneira mais geral e constante, o que demonstra que até mesmo a ameba é capaz de adquirir hábitos que regem seu comportamento futuro (CP 6.254). Para Peirce, ao adquirir hábitos que contenham os estímulos, configura-se o aprendizado.

Assim, a comunidade passa a ter uma função específica, que é a construção de conhecimento. Para Peirce, o propósito máximo do homem é adquirir hábitos razoáveis, aquilo que ele chama de “razoabilidade concreta” (DEMARCO, 1969, p. 82). Como o homem está inserido em um universo externo real, esses hábitos precisam ser formados de acordo com as leis desse universo, o que é realizado através do uso auto-controlado da lógica (DEMARCO, 1969). Assim, é através da indução, dedução e abdução (também chamada hipótese) que tais hábitos são construídos (CP 6.144-146). Como o homem está inserido em uma sociedade (CP 6.437), essas experiências nem sempre são próprias do indivíduo, mas também da memória compartilhada da sociedade. Esses hábitos



adquiridos não devem ser apenas para si, mas para a comunidade, e os esforços em prol de adquirir hábitos razoáveis deve ser também coordenado em comunidade (CP 7.571).

Resta ainda, no entanto, um último elemento para firmar a ideia de comunidade em Peirce. Em “A Lei da Mente” (CP 6.102), ele argumenta que as ideias, como as que estão em circulação na comunidade, possuem o poder de afetar (afecção) umas às outras. No decorrer da semiose, conforme se espalham, perdem sua intensidade e capacidade de afecção, em troca de um aumento da generalidade, se fundindo à outras ideias (CP 6.104). Esse processo, chamado por Peirce de “lei da mente”, teria como resultado a racionalização do universo, que o Pragmaticismo almeja. Entretanto, o uso da palavra “afecção” (*affection*, no original) implica o duplo sentido do afeto como efeito sobre um outro, mas também de amor.

Peirce explora esse segundo sentido no último artigo para sua série ao periódico *The Monist*, chamado “Amor Evolutivo”. Nesse artigo, uma das descobertas que Peirce, apresentada em “A Lei da Mente” é retomada, isto é, o fato de que o universo está em crescimento (CP 6.157), porém não um crescimento largado ao acaso, nem um crescimento puramente reacional mecanicista, mas sim uma evolução direcionada e proposital das ideias.

Em “Amor Evolutivo” (EP 1.352), Peirce conecta um universo inacabado – mais racional que em seu início, porém ainda inumeravelmente longínquo de seu estado completamente regido pela Lei – com a evolução. O método pragmaticista é capaz de produzir hábitos em sincronia com as leis do Universo, porém resta identificar de onde as próprias leis universais surgem, se postulamos que houve um momento na história do Cosmos que não havia lei alguma. Para tal, Peirce estabelece três formas distintas de evolução, que permeiam a constituição do Universo e, pelo poder do contínuo, também permeiam o método do pragmaticista. Trata-se do acaso, da ação-reação e do amor.

O papel do acaso é essencial na teoria peirceana, pois é ele que dá movimento ao universo, posto este ainda estar inacabado. Sem o acaso, todas as coisas já estariam terminadas e estáticas (IBRI, 2015), não havendo espaço para qualquer crescimento. O potencial caótico e irrestrito do acaso introjeta no Cosmos um constante frescor, que ainda escapa do poder da lei (IBRI, 2015). Para Peirce, a evolução por puro acaso é possível, recebendo o nome de Ticasmo (CP 6.302), porém sua natureza errática faz com que seja uma evolução incerta, explosiva e desconexa (CP 6.311).

Em sua rasteira, a ação-reação, ou ainda evolução mecanicista recebe o nome de Anancasmo (CP 6.302). Para Peirce, a evolução como entendida por Darwin está circunscrita no anancasmo, posto ser esta uma evolução pela causalidade das transformações do mundo (CP 6.305). É possível imediatamente divisar o elemento de acaso imbuído dentro da evolução mecanicista, assim como todo Segundo tem em si um Primeiro, mas a causalidade mecanicista ainda está isenta de um elemento essencial para explicar a evolução da razoabilidade universal: o propósito.

Para Peirce, o propósito é que liberta a evolução das ideias da pura explosão potencial e da mecanicidade fria. A evolução por propósito, que Peirce encontra analogia no pensamento de Lamarck (6.299) é a força capaz de fornecer generalidade às ideias de forma a constituir um verdadeiro crescimento. É uma evolução por *hábito*, segundo o próprio Peirce (6.300). A esta forma de evolução, Peirce nomeia *agapismo* (6.302), tomando de emprestada a mais alta forma de amor na língua grega, reservada ao divino.

Assim como o amor último não tem seu oposto, já que engloba até o que lhe é contrário (CP 6.288), o amor evolutivo não encontra contraparte, já que abarca o acaso e a mecanicidade, isentos de propósito, de forma o ticasmo e o ancasmo serem meras versões degeneradas do agapismo. Com o propósito da evolução, Peirce completa seu edifício arquitetônico, demonstrando como um universo infante pode ganhar leis até adquirir generalidade, e como esse processo naturalmente desenvolveu mentes capazes de generalidade ainda mais profunda, constituindo uma comunidade universal para contribuir ao propósito da razoabilidade. Na complexidade do cosmos, a humanidade não é nem fruto do rolar dos dados invisíveis nem resultado de um processo inescapável de causas e reações, mas o desenvolvimento lógico de uma mente universal cada vez mais propensa à abstração e à lei.

Por fim, encerramos com nossa definição de comunidade: é a busca persistente e desinteressada pela verdade (CP 1.44), em que os dados são obtidos através da experimentação e observação (CP 1.241-2), verificados através da experiência/observação (CP 2.754) e tornam-se parte do conhecimento da comunidade, que passa a constituir a verdade ou realidade (CP 4.61; CP 5.407). Por fim, essencial a esse processo, está a comunicação desses dados e resultados (CP 7.51). Somente através dela que o fim último da comunidade pode ser alcançado, que é a descoberta da verdade universal (CP 1.32-34).

### **3 Divisões da comunidade**

A seção anterior buscou dar conta de, resumidamente, demonstrar uma definição peirceana e pragmática de comunidade. Entretanto, em seus escritos Peirce apresenta múltiplas definições de comunidade, que Ruth Hollenbach (1973) cataloga em seis distintas formas de comunidade: a comunidade dos cientistas, a dos filósofos, a dos acadêmicos, a dos fiéis, a comunidade-consciência, e a mente como comunidade. Para manter a brevidade, listaremos o resumo de suas descobertas, explicitando as características fundamentais de cada comunidade.

Sobre a comunidade de cientistas, Peirce explica que tal comunidade deve ser formada por homens essencialmente *bons*, honestos, de boa-índole e justos, pois “os homens científicos costumam ser os melhores homens” (CP 1.49). Portanto, é a comunidade de cientistas que Peirce toma como o exemplo da comunidade ideal, aquela capaz de cumprir o fim último da humanidade, de desenvolver ideias racionais, e de racionalizar o universo (MS 1330). Ele sempre nutriu uma enorme pelo homem da ciência, como aquele que se ocupa da investigação da verdade (CP 1.45), pois a ciência não consiste em *saber*, mas sim em manter uma inquirição compromissada, que investiga a verdade apenas pelo valor da própria verdade (CP 1.44).

A segunda comunidade de que Peirce escreve é de certa maneira similar à comunidade anterior, mas enquanto os cientistas formam uma comunidade já atuante e real no mundo, Peirce aponta que a comunidade filosófica ainda não se concretizou (CP 5.265), mantendo a Filosofia em sua infância como ciência (CP 5.537). Na verdade, Peirce acredita que os filósofos ainda são culpados de serem individualistas (CP 1.15-42) e declararem precocemente que certas ideias não podem ser conhecidas (CP 1.138) ou estão aquém das ciências (CP 1.139), que já adquirimos conhecimento pleno de certos assuntos (CP 1.140) ou por terem excessiva confiança na verdade de suas proposições (CP 1.137). Assim, Peirce avalia que a comunidade de filósofos só se concretizará quando as barreiras ao espírito inquiritivo sejam derrubadas, que ele resume na corolária “não bloqueie o caminho da inquirição” (CP 1.135).

Embora possa parecer similar às anteriores, a comunidade de acadêmicos apresenta suas próprias características, pois “acredito na divisão de trabalho entre as agências intelectuais” (CP 5.537). Assim, a comunidade acadêmica, ou universidade, não

existe para atender aos caprichos dos professores ou dos alunos, mas para inquirir sobre a solução para “os problemas teóricos que se apresentam no desenvolvimento da civilização” (CENTURY DICTIONARY, 1914, p. 6623-6624). Para tal, o lógico americano advoga por uma liberdade acadêmica, pois essa comunidade só pode se estabelecer se “a marcha da inteligência for irreprimida” (CP 2.769). Peirce inclusive desejava construir sua própria comunidade acadêmica em sua residência, a fazenda Arisbe, porém este, como a maior parte dos desejos do lógico americano, permaneceu além de seu alcance.

As ciências, entretanto, não são os únicos campos que dependem de comunidades. O interesse religioso de Peirce o levou repetidas vezes, ao longo de sua obra, a aproximar seu pensamento de conceitos teológicos, embora fazendo uso *sui generis* deles, como o “ágape” que apresentaremos posteriormente. Assim, Peirce estabelece que a religião também necessita de uma comunidade cristã, embora não falasse sobre uma organização religiosa específica, mas sim dos princípios estéticos e éticos do Cristianismo, principalmente a ideia do amor (CP 6.441). A Igreja, a comunidade dos fiéis, teria como razão de ser “confiar sobre os homens uma vida maior que suas estreitas personalidades, uma vida enraizada na real verdade do ser” (CP 6.451). Em outras palavras, assim como as comunidades da ciência, filosofia e academia buscam alargar nosso conhecimento de mundo, racionalizando o universo a nosso redor, a comunidade dos fiéis serve ao propósito de ampliar nosso conhecimento do outro e de nós mesmos, tornando-nos humanos melhores através da busca última da verdade e do amor.

O trabalho de provar o Pragmaticismo levou Peirce a desacoplar suas teorias da psicologia humana. Ao ampliar seu olhar para além da humanidade, Peirce revela sua crença em uma *comunidade de mentes*, englobando todos os seres pensantes capazes de se comunicarem por signos existentes no universo (CP 8.43). O lógico americano acreditava que a humanidade teria seu fim (CP 5.587), mas outras criaturas, possivelmente bem diferentes de nós (CP 8.13) herdarão o trabalho desinteressado e ilimitado da perseguição à verdade. O ser humano é, assim, parte de uma comunidade universal de seres pensantes, dedicada não há interesses individuais das espécies racionais, mas a um interesse comum:

[...] a lógica inexoravelmente demanda que nossos interesses não deverão ser limitados. Eles não devem parar em nosso próprio destino, mas deve abraçar toda a comunidade. Esta comunidade, novamente, deve não ser limitada, mas deve se estender a todas as raças de seres

que nós possamos entrar em imediata ou mediada relação intelectual (CP 2.654).

Por fim, a última comunidade presente no trabalho de Peirce, identificada por Hollenbach (1973), é a consciência, nossa guia de vida, ou comunidade-consciência. Peirce visiona que o homem é dirigido não pela lei, religião ou ética, mas por um “espírito público” interior que é maior que o indivíduo e, ao invés, perpassa todo indivíduo (CP 1.56), determinada pelas tradições compartilhadas, sendo essencialmente pública e conservadora (CP 1.666). A única coisa acima da consciência, no entanto, é o amor. “[...] Nós agimos a partir da caridade cristã sem nos importarmos muito se a consciência aprova o ato ou não... [...] e este impulso é o amor por meu próximo elevado a um amor de uma humanidade ideal e divina com a qual eu identifico com a providência que rege o mundo” (CP 8.47).

A diferença radical entre algumas dessas comunidades, que parecem versões idealizadas de instituições reais (a dos cientistas, filósofos, acadêmicos...) e outras bem mais abstratas (comunidade-consciência, religião...) salta aos olhos e torna complexo dispô-las em ordem. Bernardo (2022) dividiu o conceito de comunidade em três subcomunidades distintas, utilizando a tríade das ciências normativas (estética, ética e lógica) como modelo. Para o autor, há vestígios suficientes nos escritos para argumentar por uma comunidade de inquirição, ocupando o espaço da lógica. Esta dependeria da comunidade do amor (ética) que, por sua vez, dependeria de uma comunidade de artistas, a estética (BERNARDO, 2022).

Modelar o conceito de comunidade ao redor das ciências normativas parece ser a solução mais adequada ao problema. A ciência, como já observamos, é uma iniciativa comunal para Peirce, de forma que essa aproximação parece lógica e elegante. Entretanto, a observação do catálogo construído por Hollenbach (1973) e de nosso próprio estudo das características das comunidades nos leva a um caminho diferente de Bernardo (2022): a comunidade do amor, que ao autor é questão de ética, nos parece mais adequada como questão de estética.

Em Amor Evolutivo (EP 1:352), Peirce distingue entre dois Evangelhos, o da Ganância e o do Amor. O Evangelho da Ganância persegue o individualismo, o que anula a possibilidade de descobrir a verdade, como vimos na seção anterior. Em contraponto, o Evangelho do Amor inicia por entender que a verdade última só pode ser obtida através de uma comunidade, nunca por meios individuais. Assim, “aquele que não sacrificaria

sua própria alma para salvar o mundo é ilógico em toda as suas inferências, coletivamente. A lógica é embasada no princípio social” (CP 2.654). Essa disposição para a formação da comunidade, portanto, não poderia residir em um segundo, mas deve necessariamente ser o Primeiro de toda a relação comunitária. O amor pelas ideias, como descrito por Peirce (EP 1:354) está na raiz da comunidade, pois é dele que brota toda a construção comunitária.

Assim, colocamos em Primeiro a comunidade do amor pelas ideias, ou o que chamaremos simplesmente de “comunidade estética”. Tal comunidade faz conexão com as características da religiosidade que Ruth Hollenbach (1973) evidenciou. Aqui é importante frisar que Peirce não está falando de uma religião em particular. Mas sim dos princípios estéticos que envolvem a religiosidade: a busca por algo maior, transcendente de nossa condição efêmera humana, que Peirce traduz na busca pela verdade e pela racionalização. Entrar em contato com o divino é, para Peirce, participar na criação do universo, tornando-o mais racional, como ditado pela Lei da Mente (EP 1:325).

Desse sentimento de amor pelas ideias surge naturalmente a necessidade de organizar nossos esforços comunitários, os princípios éticos de bom ou mau comportamento. A comunidade-consciência de Hollenbach (1973) parece ocupar essa posição, visando construir um rol de tradições, sistemas e hábitos que sejam compartilhados entre todos os membros da comunidade, em permanente revisão pela comunidade estética, única que pode questioná-la.

Finalmente, a comunidade de inquiridores, em concordância com Bernardo (2022) ocupa a posição da lógica, englobando as particularidades dos filósofos, cientistas e acadêmicos. Seu objetivo é produzir conhecimento efetivo, racionalizando o universo e legando nossa produção aos próximos membros da comunidade universal.

Para encerrarmos, faremos uma breve reflexão sobre as consequências para a comunicação.

#### **4 Considerações finais**

Neste artigo, refletimos sobre o conceito de comunidade, em Peirce, buscando dar uma definição pragmática para o mesmo. Em seguida, partindo dessa definição clara e abstrata, modelamos três comunidades ideais: a comunidade estética, ou do amor; a comunidade ética, ou da consciência; e a comunidade lógica, ou da inquirição. Entretanto,

ainda falta uma conexão entre esse exercício investigativo-filosófico e a ciência da comunicação.

Para Peirce, a ciência normativa final é a lógica, também chamada Semiótica, que busca catalogar, analisar e compreender o significado dos signos (APEL, 2006). Embora a comunicação, como área do conhecimento, seja uma ciência prática, é notável o trabalho de pensadores como Nöth (2017), Romanini (2016) e Santaella (1992; 1995) para trazerem a semiótica para dentro da área da comunicação e nela fazer residência. O estudo dos signos pode ser precioso para as funções práticas da comunicação, como a publicidade e o jornalismo, mas também é caro enquanto epistemologia e metodologia da comunicação.

Da mesma forma, não há uma ciência que estuda comunidades, embora possamos dizer que a sociologia, antropologia, psicologia, história e várias outras áreas interseccionem esse tema. Ao longo desse trabalho, evidenciamos o potencial de trabalharmos com uma ideia clara de comunidade, diminuindo a vagueza que cerca o conceito. Parece-nos que a comunicação, como área interseccional que é, tem o potencial de tornar-se a ciência das comunidades, analisando se grupos em particular apresentam os comportamentos que definimos como comunitários. Daí, surge uma infinidade de experimentos práticos e investigações documentais que podemos realizar para procurarmos resquícios de comunidade em nossas sociedades cotidianas, tarefa que, esperamos que tenha ficado suficientemente evidente, é de suma necessidade para entendermos se caminhamos em direção a deixar um legado para a grande comunidade universal – ou se desapareceremos como um mero pensamento desancorado da lógica.

Este trabalho apresentou apenas uma pequena parte dos estudos de comunidade realizado no PEP em Indianápolis e com grupos particulares de indivíduos. É de nossa esperança, como diz Peirce, que em estudos próximos possamos apresentar uma metodologia comunicacional de estudo dessas comunidades e evidências de comportamento comunitário em certos grupos, na forma de novos artigos.

## **Referências**

APEL, Karl-Otto. **Charles S. Peirce: from pragmatism to pragmaticism**. Amherst, Mass: University of Massachusetts Press, 1981.



BERNARDO, Andrade. Peirce's Imaginative Community: On the Esthetic Grounds of Inquiry. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 58, n. 1, p. 1–21, 2022.

DE WAAL, Cornelis. **Introducing pragmatism: a tool for rethinking philosophy**. [s.l.: s.n.], 2022.

DE WAAL, Cornelis. **Peirce: a guide for the perplexed**. First [edition]. London ; New York: Bloomsbury, 2013. (Guides for the perplexed).

DEMARCO, Joseph. **The Nature and Function of the Concept of the Community In the Early and Later Thought of C. S. Peirce**. Tese de Doutorado, Pennsylvania State University, Pennsylvania, 1969.

HARGRAVES, Orin. The Century Dictionary Definitions of Charles Sanders Peirce. **Dictionaries: Journal of the Dictionary Society of North America**, v. 40, n. 2, p. 31–53, 2019.

HOLLENBACH, Ruth. Charles S. Peirce on “Community”. **The American Review**, v. 1, n. 7, p. 169–185, 1973.

NOTH, Winfried. **Introdução à Semiótica**. São Paulo: Paulus, 2021.

PEIRCE, Charles S. **Manuscritos inéditos**. [s.l., s.d]. Referenciado como MS e o número do manuscrito, segundo a paginação estabelecida pelo Institute for Studies in Pragmaticism, Lubbock, Texas.

PEIRCE, Charles S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Vol. I-VI. C. Hartshorne et P. Weiss (eds.), Vol. VII-VIII A. Burks (ed.). Cambridge: Harvard University Press. 1931-1958. Referenciado como CP, seguindo do número do volume, ponto, e número do parágrafo.

PEIRCE, Charles S. **The Essential Peirce**. Vol. I. N. Houser et C. Kloesel (eds.). Bloomington: Indiana University Press, 1992. Referenciado como EP 1, dois pontos, número de página.

PEIRCE, Charles S. **Writings of Charles S. Peirce**. Vol. I. FISCH (ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1982. Referenciado como W1.

ROMANINI, Vinicius. A contribuição de Peirce para a teoria da comunicação. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 14, n. 1, p. 13–56, 2016.

SANTAELLA, Lucia. **A Assinatura das Coisas: Peirce e a Literatura**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

THE CENTURY DICTIONARY AND CYCLOPEDIA, 10 vols., ed. William D. Whitney. Nova York: The Century Company, 1889–91.